

NOVOS DESAFIOS PARA CURSOS NAS ÁREAS PÚBLICAS NO BRASIL: A PROPOSTA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS DE SÃO PAULO

Ana Cristina Braga MARTES¹
Clovis Bueno de AZEVEDO²
Marta Ferreira Santos FARAH³
Maria Rita LOUREIRO⁴
Ricardo BRESLER⁵

Introdução

As profundas transformações por que passou o Brasil nas últimas três décadas, que levaram à democratização e a uma maior integração do país à economia global, têm exigido mudanças substanciais na gestão do Estado. Além disso, a emergência de organizações não governamentais, realizando variadas funções públicas, tem igualmente demandado novas competências profissionais e trazido grandes desafios para a formação de gestores públicos. Esses profissionais devem apresentar não só alto desempenho técnico, mas também capacidade de liderança e disposição para conduzir organizações estatais e públicas não-estatais, sejam estas nacionais, internacionais ou transnacionais, orientando-se para o desenvolvimento de um Estado mais democrático e de uma sociedade menos desigual e injusta. Os gestores públicos devem, ainda, ser capazes de participar de forma ativa da formulação de políticas públicas, assim como de sua implementação e avaliação. Devem, finalmente, ser capazes de enfrentar o desafio da articulação intergovernamental, intersetorial e interorganizacional, em um cenário em que as políticas públicas envolvem cada vez mais a participação de diversos atores, governamentais e não-governamentais.

Consciente desses desafios, a Fundação Getulio Vargas de São Paulo está procurando reformular seu curso de Administração Pública, criado há mais de 40 anos em contexto histórico bastante diverso do que enfrentamos hoje.

A seguir, apresentamos uma breve retomada do projeto pioneiro de criação da FGV no Rio de Janeiro, ainda nos anos 1940, e do curso de Administração Pública, instalado na Escola de Administração de Empresas de São Paulo no final dos anos 1960, bem como as dificuldades geradas pelo modelo adotado, ao longo do tempo. Na segunda parte apresentamos as principais mudanças a serem promovidas nos próximos anos, bem como as

^{1, 2, 3, 4 e 5} Professores do departamento de Gestão Pública da EAESP/FGV(São Paulo)

idéias que dão sustentação ao novo projeto pedagógico que a instituição está encaminhando para o MEC.

1. A introdução do ensino de Administração Pública no Brasil e a FGV

A criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944 no Rio de Janeiro, constituiu um desdobramento das metas de racionalização e profissionalização da administração pública, associadas ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão no qual foi idealizada essa Fundação. Essa instituição tinha objetivos específicos e inovadores: o ensino e pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas, com ênfase em Economia e em Administração. O ensino, considerado elemento indispensável à preparação de quadros para um serviço público moderno e eficiente, deveria se associar à pesquisa, vista como subsídio necessário à implantação de uma nova e moderna administração pública no país. De fato, além da criação do Instituto Brasileiro de Economia - órgão que produziu importantes pesquisas econômicas no país e difundiu as inovadoras técnicas keynesianas de contabilidade nacional e índices de preços - a FGV instalou, também em 1952, a primeira escola de graduação em administração pública do país (EBAP), com o objetivo de preparar administradores públicos para os três níveis de governo.

Nesse mesmo período, iniciou-se o processo de sensibilização da comunidade de empresários industriais para a criação de uma nova instituição universitária voltada para a administração de empresas, com o propósito de preparar bons administradores para o desenvolvimento do país. Assim, em 1954 foi instalada em São Paulo a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), a primeira escola de administração de empresas do país. A escolha da cidade de São Paulo decorreu do fato de nesse local se encontrar, então, o pólo mais dinâmico da economia nacional e seu braço mais "moderno". Houve importante apoio do mundo empresarial privado, do governo federal e, ainda, do governo americano por meio do Acordo MEC-USAID, para a nova escola, permitindo a formação de professores em cursos de pós-graduação nos Estados Unidos (LOUREIRO, 1997; FISCHER, 1984)

Na EAESP, criou-se, também - na década seguinte - um curso de graduação em administração pública. Para a instalação do Curso de Graduação em Administração Pública (AP) foi decisiva a contribuição do governo do Estado de São Paulo, por meio de um convênio cujo objetivo era formar profissionais nessa área em São Paulo. Tratava-se de um momento de grandes alterações na administração pública brasileira, após a mudança de regime, em 1964. Tais alterações se orientaram para a busca da eficiência no setor público e

foram acompanhadas pela criação de um aparato estatal dotado de maior agilidade, atuando por meio de entidades da administração indireta: as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Como parte desse mesmo processo, também o governo paulista procurava imprimir mudanças à máquina administrativa do Estado. Documento da época, elaborado pela EAESP, explicita os objetivos da criação de curso com foco na área pública:

A máquina administrativa governamental vem passando por uma completa transformação, no sentido de tornar-se mais eficiente... Sem exagero, pode-se afirmar que uma administração pública eficiente é uma das condições básicas para o desenvolvimento de uma nação. Para satisfazer tal condição é necessário aperfeiçoar o pessoal de nível alto e médio dos órgãos e serviços públicos. Além disso, é preciso preparar aqueles que deverão, no futuro, ocupar cargos de níveis alto e médio na administração pública. Para tanto, é condição indispensável uma formação técnica da melhor qualidade, bem como uma formação humanística, que permita o entendimento da extensão que deverá ter o seu papel de agente do desenvolvimento. (EAESP. s/d. p.1-2 apud FGV/EAESP, 2006, p.8)

O curso de AP mantinha a concepção pedagógica generalista presente no curso de Administração de Empresas (AE) e também procurava articular a formação humanista com a formação técnica. Essa articulação constituiu e constitui ainda hoje uma das marcas da EAESP, sendo parte integrante da identidade do curso e um dos valores com que docentes, alunos, ex-alunos e funcionários da escola se identificam. Desde o início do Curso de Graduação até o momento (novembro de 2010) a EAESP formou 100 turmas em AE e 76 turmas em AP, envolvendo aproximadamente dez mil e três mil alunos, respectivamente.

Além do Curso de Graduação, diversos outros cursos foram implantados, no nível de pós-graduação acadêmica e de especialização. A pós-graduação *stricto sensu* na EAESP inicia-se em 1966 e em 1976 nasce o Curso de Mestrado em AP, como uma área de especialização do Mestrado em AE, com foco em Planejamento Urbano. Esse foco buscava sintonia com as questões urbanas que emergiam à época no país, ao formar planejadores urbanos capazes de contribuir para o enfrentamento desses problemas. O Curso de Mestrado em AP tornou-se independente do Curso de Mestrado em AE na década de 80, com a constituição de nova área de estudos, a de Finanças Públicas, também resultante de questões apresentadas pela realidade brasileira na época. No início dos anos 1990 o curso de Mestrado passou a se denominar Administração Pública e Governo, diferenciando-se do Mestrado em AE. Em 2002 finalmente nasceu o Doutorado em Administração Pública e

Governo e, em 2008, o Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (MPGPP) obtém aprovação pela CAPES, reforçando a atuação da EAESP na área pública.

Esse breve relato da história da FGV destaca seu compromisso com o objetivo de formar quadros capazes de liderar mudanças fundamentais no aparelho e na direção do Estado. Desde 1969, quando se criou a área pública na EAESP, até o momento, foram introduzidas várias mudanças no perfil do curso de graduação, com o objetivo de ajustá-lo às demandas externas e também às diretrizes do MEC. No entanto, elas não conduziram plenamente o curso de graduação em AP aos resultados que se pretendia alcançar. Duas razões principais podem explicar as dificuldades. A primeira diz respeito ao processo de seleção de estudantes com vocação para a área de AP e a segunda à própria identidade da área.

O vestibular atualmente unificado, com a oferta de 150 vagas semestrais para AE e 50 vagas semestrais para AP, permite ao aluno escolher AP como segunda opção. Isso resulta no ingresso em AP daqueles que estavam interessados em AE, mas que, não obtendo avaliação suficiente para ingresso na primeira opção, decidem cursar AP, por valorizarem o ingresso na EAESP (na "GV", tal como é conhecida). Há possibilidade de completar o currículo com disciplinas eletivas, e o diploma obtido na FGV é fator de empregabilidade mais importante que a área cursada (habilitação ou linha de formação específica, em AE ou AP) Isso resulta em turmas de AP nas quais parte substantiva dos alunos não se interessa realmente pelos assuntos públicos, mas sim pelo mundo dos negócios privados.

Diante desse processo de seleção adversa, considerou-se a necessidade de reorganizar o ensino da administração pública para melhor recrutar e formar estudantes que pretendem trabalhar, de fato, no setor público estatal e não-estatal, no terceiro setor, ou mesmo em organismos internacionais. Para tanto, desde inícios de 2009, começou-se a elaborar, no então recém criado departamento de Gestão Pública na EAESP, uma proposta de renovação do reconhecimento do curso de AP junto ao MEC, tendo como um de seus primeiros pilares um processo de seleção específica para ingresso, buscando alunos com um perfil diferenciado. Do mesmo modo, decidiu-se instituir uma estrutura e uma matriz curricular claramente focadas na área pública e tendo como referência um espaço mais amplo do que o exclusivamente estatal.

2. A estrutura do novo curso de Graduação na área Pública da FGV/EAESP

Em sintonia com a missão da FGV e os objetivos da EAESP, o novo curso de AP visa *"formar jovens comprometidos com o bem comum e a promoção do interesse público, dispostos a administrar ou assessorar organizações do Estado, entidades públicas não-estatais, organizações de advocacia política ou de responsabilização social da sociedade civil, organizações internacionais ou, ainda, interessados na carreira política"*.

O curso se propõe a alternar meios de ensino e aprendizagem, fazendo com que os estudantes passem por períodos de aprendizagem em salas de aula e fora de sala de aula. Com essa finalidade, optamos pela estrutura curricular mista, semestral e bimestral, mas preferencialmente bimestral. Todavia, para evitar o risco de fragmentação que a estrutura bimestral pode induzir, estabelecemos temas transversais para cada semestre, de modo que os alunos cursarão disciplinas cujo conteúdo converge para a discussão de temas centrais, e com os quais os alunos trabalharão também nas Oficinas, o que será explicado adiante.

Visando aproximar a Graduação da Pós Graduação, serão incorporados alunos de doutorado como instrutores nas diversas formas de aprendizagem, especialmente na condução das Oficinas temáticas e instrumentais e nos projetos de conexão da EAESP (períodos de imersão em que o aluno entre em contato com políticas, programas, projetos e práticas públicas fora da sala de aula). Por meio do contato com alunos do doutorado, os graduandos iniciarão uma aproximação com Pós Graduação. Essa opção propiciará maior envolvimento dos doutorandos com a graduação e contribuirá, ainda, para a qualificação dos alunos de doutorado na função docente. Também será promovida a integração com o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e a possibilidade de formação em Y, conforme a "lógica do 4 +1" do Protocolo de Bolonha, isto é, depois de 4 anos de graduação, realiza-se mais um ano no mestrado profissional.

Além da integração vertical com a pós-graduação, ocorrerá a integração dos alunos de Graduação em Administração Pública com os demais alunos, dos Cursos de Graduação da FGV/RJ (EBAPE, Ciências Sociais, História e Economia) e da FGV/SP (EESP – Economia e EDESP – Direito), possibilitando-se a matrícula em disciplinas dos outros cursos, aproveitando as competências de cada área.

3. O perfil do egresso do curso de graduação na área pública

O gestor de organizações públicas e o *policy maker*⁶ deve acompanhar as transformações ocorridas na sociedade e no Estado, tanto no Brasil como no exterior. É necessário formar jovens capazes de responder aos desafios de gestão de organizações complexas, em um contexto globalizado. Ao lado da capacidade de estabelecer vínculos internacionais, eles devem ser capazes de preservar e valorizar as especificidades nacionais, assim como as identidades e diversidades regionais e locais. Devem estar preocupados com o desenvolvimento sustentável, atentos aos desafios de geração de empregos, da redução das desigualdades sociais, com os problemas ecológicos e, fundamentalmente, comprometidos com o processo de construção de instituições democráticas.

Assim, o novo curso de graduação pretende formar profissionais preparados para atuar:

a) nas esferas federal, estadual e municipal, tendo em vista o domínio das novas exigências estabelecidas a partir da Constituição de 1988;

b) em organismos internacionais e supra-nacionais, propiciando uma compreensão dos mecanismos e das instituições internacionais envolvidas nos processos de governança global;

c) no Terceiro Setor, propiciando contato direto com a realidade dessas organizações (nacionais e internacionais), analisando os desafios específicos contidos nas disciplinas eletivas, ou ainda durante as imersões previstas no curso;

d) na direção política e governamental das instituições, entidades e órgãos públicos, integrantes do Poder Executivo e Legislativo.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional da Educação, espera-se que o egresso do curso seja capaz de: aprender continuamente, a partir de uma base sólida de conhecimentos; dominar os aspectos técnicos de sua área de atuação; pensar de maneira autônoma, não reproduzindo de maneira acrítica conhecimentos acumulados; diagnosticar problemas com rapidez e precisão; contribuir para a solução de problemas de maneira criativa e socialmente responsável; agir considerando continuamente a perspectiva estratégica; ter como foco resultados, sem perder a visão do todo; estabelecer e sustentar relacionamentos; articular-se politicamente; transitar na diversidade, respeitando diferenças e desestimulando desigualdades; sustentar suas posições de maneira

⁶ O gestor público participa de forma ativa da formulação de políticas públicas, podendo também participar da implantação e da avaliação das políticas.

firme e articulada, negociando de maneira objetiva, focada e respeitosa; dar e receber *feedback* de maneira construtiva; trabalhar em rede, mobilizando relacionamentos horizontais e verticais e mantendo o espírito de equipe; lidar com a complexidade, ambigüidade e mudança contínua, características do atual ambiente organizacional; articular uma visão sofisticada do mundo contemporâneo a uma compreensão profunda da realidade brasileira; situar-se de maneira proativa num ambiente internacionalizado; tomar decisões e implementá-las de maneira ética e socialmente responsável, utilizando recursos de maneira responsável.

4. Estrutura do curso: blocos temáticos, currículo e atividades complementares

O novo curso foi desenhado de modo a conter dez blocos temáticos:

1. Humanidades (filosofia política, ética e cidadania, teoria sociológica, cultura e psicologia);
2. Métodos (matemática, estatística, teoria das decisões, tecnologia da informação e governo, comunicação);
3. Estado e Sociedade (teoria política, relações entre Estado e Sociedade, análise das instituições políticas; relações entre Estado, Empresas e Organizações do Terceiro Setor, arranjos produtivos e políticas públicas);
4. Direito (Constitucional, Administrativo e Tributário);
5. Gestão (elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e projetos públicos, gestão de operações e processos, técnicas de planejamento, qualidade e produtividade dos serviços públicos, gestão de pessoas, marketing público, compras e licitações);
6. Controle (auditoria, controladoria, ouvidoria, contabilidade pública e finanças e orçamento público);
7. Administração Pública e Reforma do Estado;
8. Economia (desenvolvimento econômico e sustentabilidade, macroeconomia, microeconomia do setor público, planejamento, regulação e direito econômico);
9. Brasil (interpretações do Brasil, formação e desafios para a sociedade, a economia, a política e a administração pública);
10. Mundo (globalização e relações internacionais, instituições e organismos internacionais e supranacionais, blocos regionais).⁷

⁷ Os blocos temáticos números 9 (Brasil) e 10 (Mundo) são transversais aos blocos anteriores e, por isso, possuem diversas áreas de intersecção.

Haverá um tema transversal para cada semestre, com a finalidade de unificar os conteúdos bimestrais. Esses temas são também tratados em oficinas, diferenciadas em oficinas temáticas e instrumentais, detalhadas a seguir. Encontra-se anexa a grade curricular proposta para o novo curso.

5. Atividades complementares e suas inovações pedagógicas: oficinas, conexões locais e internacionais e imersões profissionais

Além de aulas e seminários, a estrutura curricular contempla também Oficinas, ou seja, atividades desenvolvidas dentro ou fora da própria instituição, em horário distinto daquele de aulas. O principal objetivo das oficinas instrumentais é complementar e/ou aprimorar o nível de conhecimento dos alunos sobre interpretação de texto, língua portuguesa, matemática, estatística e microeconomia. O principal objetivo das oficinas temáticas é integrar as disciplinas do semestre em um único tema convergente, tema esse que será trabalhado com a colaboração de alunos do doutorado. Nessas Oficinas os alunos realizarão pesquisas, trabalhos de campo, leituras e relatórios, monitorados pelos doutorandos, de forma a aprofundar os conteúdos aprendidos em sala de aula e buscar aprimoramento das habilidades dos alunos. As Oficinas também serão utilizadas para se promover a presença sistemática dos gestores públicos em nossa instituição, para relatar e discutir com alunos e professores do curso suas experiências concretas na gestão de organizações estatais e não estatais, bem como sua participação no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. As Oficinas serão mantidas no decorrer do semestre, durante os dois primeiros anos, auxiliando na unificação dos conteúdos, e ocorrerão no período da tarde. As disciplinas serão ministradas no período da manhã.

Outra inovação do curso, visando articular a aprendizagem teórica e prática, encontra-se nas atividades chamadas de Imersão Profissional, em órgãos e entidades públicos inseridos nas três esferas de governo, organizações multilaterais e internacionais, organizações não-governamentais, além dos Programas de Conexão, de dois tipos: Conexão Local e Conexão Internacional Sul - entre países da América Latina, Ásia, África e Oceania. Essas atividades serão desenvolvidas a partir do segundo ano, preferencialmente no mês de julho.

Detalhando um pouco mais, indica-se que os alunos realizarão vários tipos de imersão, uma nos governos sub-nacionais, outra no governo federal e, ainda, em organizações não-governamentais. O principal objetivo das imersões é fazer com que eles desenvolvam a capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período

de observação, junto a servidores da área pública. Em ambas as atividades de imersão, os alunos deverão observar e analisar o dia a dia do funcionamento de um órgão ou entidade pública municipal/estadual e nacional, acompanhar projetos e eventualmente ajudar a encontrar soluções para as questões e problemas detectados. Os alunos da Pós-Graduação auxiliarão na preparação dos alunos de graduação que realizarão as imersões, acompanharão seu andamento e deverão ajudá-los na elaboração de um relatório de campo, a ser entregue para fins de avaliação da atividade.

Por sua vez, a atividade de Conexão Local tem por objetivo levar os estudantes a conhecerem, *in locu*, a diversidade da realidade local brasileira, por intermédio de uma pesquisa de campo. A pesquisa ocorre durante um período de vivência em alguma experiência de desenvolvimento local e de gestão pública. Pretende-se favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão em regiões e contextos os mais variados e complexos; incentivar atitudes mais humanistas e colaborativas; promover a troca de saberes entre estudantes, gestores públicos, comunidades, associações, empresários e técnicos locais; e incentivar reflexões e discussões em torno de questões e realidades concretas.

Na Conexão Local, os estudantes de graduação, em duplas, são supervisionados por professores e estudantes de pós-graduação. O supervisor é responsável pelo trabalho de preparação, pré-visita de campo, pela supervisão do relatório final (pós-campo). O supervisor acompanha também os primeiros dias da pesquisa de campo. O relatório final da visita de campo é um instrumento de avaliação do aprendizado das duplas e visa registrar a experiência visitada⁸.

A Conexão Internacional Sul (CIS) oferece, aos alunos, a oportunidade de acompanharem projetos e programas sociais voltados para os países do sul. Entende-se por sul, para os fins dessa atividade, a América Latina e Caribe, Ásia, África e Oceania. Seus principais objetivos são: promover maior compreensão de problemas ligados à desigualdade social e às novas formas de desenvolvimento, bem como potencializar o ideal de solidariedade e sensibilidade dos alunos para esses problemas, colocando-os em contato com a realidade desses países, seja *in locu*, ou por meio de centros e organismos internacionais voltados para esses temas e regiões. Ao mesmo tempo em que a CIS responde ao ideal dos estudantes de se solidarizar com os problemas socioeconômicos dos países do sul, o curso oferecerá instrumentos de gestão e políticas públicas que permitam

⁸ Esta atividade será realizada no mês de julho e já vem sendo desenvolvida com êxito no atual curso de administração da EAESP.

compreender e lidar com realidades difíceis e complexas. Serão disponibilizados instrumentos que possam ajudar a transformar ideal em ação, como parte do compromisso de aplicar conhecimentos à resolução de desafios reais e contribuir para gerar inovações que possam ajudar a responder aos atuais desafios para o desenvolvimento.

A CIS está inteiramente alinhada à estratégia recém definida pela EAESP de aumentar sua presença na América Latina. As parcerias, que serão firmadas com universidades, centros de pesquisa, ONGs e Governos, contribuirão para reafirmar os passos da instituição. Considerando a possibilidade de uma atuação mais concreta no cenário científico internacional, nas experiências de Governo, do Terceiro Setor e de organismos internacionais, a CIS se propõe a desenvolver esforços integrados e transdisciplinares entre instâncias diversas da FGV, para ampliar a atuação e parcerias com os países do sul. Essas parcerias também contribuirão para a formação de quadros capacitados para atuarem em instituições públicas brasileiras no exterior. Finalmente, considerando a crescente importância da promoção da diversidade cultural como fator de desenvolvimento, a CIS proporcionará ao aluno a oportunidade de observar e lidar com diferenças culturais que impactam na gestão, assim como nas políticas públicas.

A CIS também contribuirá para o intercâmbio de professores e o desenvolvimento de pesquisas, com utilização de redes e alianças já existentes como, por exemplo, o Conselho Latino-americano de Desenvolvimento (CLAD). A ampliação das oportunidades de pesquisas em parceria visa também construir campos comuns de interesses para o desenvolvimento econômico social dos países envolvidos. Dessa forma, pode-se ainda conceber futuras ações para integrar projetos que atendam a demandas dos países que compõem a Conexão Internacional Sul.

6. Trabalho de conclusão do curso

O trabalho de conclusão de curso poderá se basear em uma monografia, em atividade integrante do Programa de Iniciação à Pesquisa coordenado pelo GV pesquisa ou em outra atividade integrante do Currículo do Curso. O Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso estabelece quais outras atividades podem servir de base ao TCC: modalidades específicas das Atividades Complementares, que supõem maior dedicação por parte do aluno, assim como atividades curriculares que estimulem a inovação no setor público estatal e não-estatal, no terceiro setor, bem como em organismos internacionais. Ao ampliar o leque de atividades que podem servir de base ao TCC, o currículo garante maior flexibilidade no desenvolvimento dessa etapa crucial da formação do aluno.

7. Forma de acesso ao curso

Tendo em vista a proposta de formação orientada para o compromisso com a expansão da justiça social e valores de cidadania, a redução das desigualdades socioeconômicas e o interesse em compreender e intervir na esfera pública, serão valorizadas as seguintes habilidades do candidato ao ingresso: capacidade de interpretação, síntese e raciocínio lógico, capacidade de estabelecer pontes e conexões de forma crítica e analítica, sensibilidade às especificidades de diferentes realidades e culturas e predisposição para a tomada de decisões.

Tendo em vista, ainda, as características do corpo discente que almejamos alcançar para formar um corpo heterogêneo (faixa etária, origem sócio-econômica e étnico-racial) com ingresso de candidatos provenientes das redes pública e privada, e de todas as regiões do país (quicá da América Latina), teremos à frente o desafio de testar tais habilidades por meio de um processo seletivo que, por um lado, seja capaz de avaliar o aprendizado obtido no ensino médio (exigências curriculares do MEC) e, por outro, não permitir que a cobrança dos conteúdos específicos impeça o acesso de determinados segmentos sociais ao curso.

As habilidades anteriormente mencionadas serão testadas por meio de um exame composto por dois módulos: uma prova discursiva e outra objetiva, abrangendo as seguintes esferas do conhecimento: 1) Matemática Aplicada – questões que visam avaliar a capacidade dos candidatos para entender e resolver problemas de natureza quantitativa. Na correção dessa prova, a banca avaliará não só a resposta dada pelos candidatos como também o encaminhamento da solução. 2) Redação em Língua Portuguesa – será proposto aos candidatos que redijam texto(s) em Português sobre determinado(s) tema(s), que poderá(ão) envolver assuntos relacionados a História, Geografia, Atualidades, Literatura ou outros campos do conhecimento. Na correção dessa prova, a banca avaliará aspectos como vocabulário, sintaxe, ortografia, concordância, regência, entre outros.

Os conhecimentos testados são aqueles adquiridos no decorrer do ensino médio. Pretende-se, com isso, dar oportunidades iguais para candidatos do ensino público e privado e de diferentes regiões do Brasil.

8. Palavras finais

O projeto do novo curso de Administração de Pública da EAESP/FGV, apresentado sinteticamente no presente artigo, será encaminhado ao Ministério da Educação no mês em

curso (novembro de 2010) para apreciação. Sua implantação está prevista para o primeiro semestre de 2012, com a realização do respectivo vestibular no segundo semestre de 2011.

Por meio dessa nova proposta de graduação em Administração Pública, que incorpora importantes aperfeiçoamentos e adequações nos seus cursos de AP, a EAESP/FGV pretende manter e aprimorar seus históricos compromissos: com o desenvolvimento do país, com a democracia e com a sociedade brasileira, formando profissionais capazes de compreender, gerir e conduzir, de modo competente e responsável, as políticas públicas e, bem assim, as organizações públicas, estatais ou não-estatais, nacionais, internacionais e transnacionais.

Referências bibliográficas

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Catálogo*. São Paulo, s/d.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO. *Projeto pedagógico: curso de graduação em administração – 2006*. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (organização Marta Ferreira Santos Farah). São Paulo: FGV-EAESP, 2006.

FISCHER, Tânia. Administração Pública como área de conhecimento em ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, 1984. v. 24, n. 4, p. 278-288.

LOUREIRO, Maria Rita (1997). *Economistas no Governo. Gestão Econômica e Democracia*. Editora FGV. Rio de Janeiro

APÊNDICE

Grade do Curso de Graduação em Administração Pública	
<u>Legenda:</u>	
(s) - Disciplinas semestrais	(e) - Estágio Supervisionado
(b) - Disciplinas bimestrais	(tcc) - Trabalho de Conclusão de Curso
(b/s) - Disciplinas bimestrais ou semestrais	(ac) - Atividades Complementares
<u>1º SEMESTRE : Transversalidade:</u> <u>Retratos do Brasil</u>	<u>2º SEMESTRE : Transversalidade:</u> <u>Mundo Contemporâneo</u>
1º BIMESTRE	3º BIMESTRE
Representação e Sociedade: Cinema e Literatura ^(s)	Representação e Sociedade: Mídias ^(b)

Brasil: história recente e interpretações ^(s)
Filosofia: interpretação e representação ^(b)
Gestão Pública no Brasil: Desafios Contemporâneos ^(b)
Brasil em Números: Balanço Social (Contas Nacionais, PIB, Coeficiente de GINI, etc) ^(b)
Oficinas Temáticas: Diagnósticos do Brasil / Oficinas Instrumentais: Interpretação de Texto e Língua Portuguesa ^(s)
2º BIMESTRE
Representação e Sociedade: Cinema e Literatura ^(s)
Brasil: história recente e interpretações ^(s)
Sociedade Brasileira em Transformação ^(b)
Economia Brasileira: principais escolas e pensadores ^(b)
Direito Constitucional ^(b)
Oficinas Temáticas: Diagnósticos do Brasil / Oficinas Instrumentais: Interpretação de Texto e Língua Portuguesa ^(s)
<u>3º SEMESTRE : Transversalidade: Fundamentos da Ação do Estado</u>
5º BIMESTRE
Teoria Política: Clássicos ^(b)
Macroeconomia ^(s)
Sociologia das Organizações ^(b)
Estatística ^(s)
O Debate sobre o Desenvolvimento ^(b)

Sociedade e Cultura no Mundo Contemporâneo ^(b)
Estado, Nação e Sociedade Civil ^(s)
Matemática ^(s)
Trabalho e Subjetividade ^(s)
Oficinas Temáticas: Governança Global / Oficinas Instrumentais: Matemática ^(s)
4º BIMESTRE
Matemática ^(s)
Trabalho e Subjetividade ^(s)
Direito Internacional ^(b)
Globalização: Estado, Instituições internacionais e empresas ^(b)
Estado, Nação e Sociedade Civil ^(s)
Oficinas Temáticas: Governança Global / Oficinas Instrumentais: Matemática ^(s)
<u>4º SEMESTRE : Transversalidade: O Estado em Transformação</u>
7º BIMESTRE
Sistema Político Brasileiro ^(s)
Transformações da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública ^(s)
Microeconomia do Setor Público ^(s)
Políticas Públicas ^(s)
Instituições e Teorias Democráticas Contemporâneas ^(s)

Oficinas Temáticas: Desafios do Desenvolvimento / Oficinas Instrumentais: Estatística ^(s)
6º BIMESTRE
Macroeconomia ^(s)
Formação da Administração Pública Brasileira ^(b)
Estatística ^(s)
Desenvolvimento Sustentável ^(b)
Contabilidade Geral ^(b)
Oficinas Temáticas: Desafios do Desenvolvimento / Oficinas Instrumentais: Estatística ^(s)
JULHO: Imersão Profissional: Governo Federal/Brasília ^(e)
<u>5º SEMESTRE : Transversalidade: Administração Pública e Governo no Brasil</u>
9º BIMESTRE
Município, Poder e Instituições Locais ^(b)
Direito e Administração Pública ^(s)
Contabilidade e Auditoria de Resultados ^(s)
Tecnologia da Informação e Governo ^(b)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
10º BIMESTRE
Direito e Administração Pública ^(s)
Experiências inovadoras em Governos

Oficinas Temáticas: Inovação no Setor Público / Oficinas Instrumentais: Estatística e Microeconomia ^(s)
8º BIMESTRE
Sistema Político Brasileiro ^(s)
Transformações da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública ^(s)
Instituições e Teorias Democráticas Contemporâneas ^(s)
Políticas Públicas ^(s)
Microeconomia do Setor Público ^(s)
Oficinas Temáticas: Inovação no Setor Público / Oficinas Instrumentais: Estatística e Microeconomia ^(s)

<u>6º SEMESTRE : Transversalidade: Administração Pública e Governo no Brasil</u>
11º BIMESTRE
Relações de Trabalho e Ocupação no Setor Público Brasileiro ^(b)
Política Fiscal: dimensão tributária ^(b)
Terceiro Setor no Brasil e em perspectiva comparada ^(s)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
12º BIMESTRE
Políticas Sociais no Brasil e em perspectiva comparada ^(b)
Política Fiscal: dimensão orçamentária ^(b)

Subnacionais ^(b)
Federalismo, descentralização e políticas públicas ^(b)
Contabilidade e Auditoria de Resultados ^(s)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
JULHO: Conexão Local ^(ac)
<u>7º SEMESTRE : Transversalidade: Preparação para Conexão Sul-Sul</u>
13º BIMESTRE
Panorama Sócio-Econômico e Político dos Países do Sul ^(s)
Administração Financeira ^(b)
Marketing no Setor Público ^(b)
Planejamento e Gestão em Organizações Públicas ^(b)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
14º BIMESTRE
Panorama Sócio-Econômico e Político dos Países do Sul ^(s)
Organismos Internacionais e Desenvolvimento ^(b)
Gestão de Operações e Processos ^(b)
Diversidade e Políticas Públicas ^(b)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
JULHO: Conexão Internacional Sul ^(ac)

Terceiro Setor no Brasil e em perspectiva comparada ^(s)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
DEZEMBRO: Imersão profissional em contexto subnacional ^(e)
<u>8º SEMESTRE : Transversalidade: Disciplinas Instrumentais</u>
15º BIMESTRE
Gestão de Organizações do Terceiro Setor ^(s)
Comunicação do Setor Público ^(b)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
Oficina de Orientação ao TCC ^(tcc)
16º BIMESTRE
Gestão de Organizações do Terceiro Setor ^(s)
Qualidade e Produtividade no Setor Público ^(b)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
ELETIVA ^(b/s)
Oficina de Orientação ao TCC ^(tcc)